

**CAFÉ E INDÚSTRIA EM RIBEIRÃO PRETO: O CASO DA ELECTRO-  
METALLÚRGICA BRASILEIRA S.A.  
(1921 – 1931)**

Lílian Rodrigues de Oliveira Rosa\*

Paulo Henrique Vaz Lara\*\*

**RESUMO:** O texto discute a instalação da Electro-Metallúrgica Brasileira S.A. entre 1921 e 1931, em Ribeirão Preto, analisando a influência de uma indústria de base numa cidade cuja atividade econômica predominante era a cultura cafeeira. O objetivo é compreender dentro da breve existência da Metalúrgica, a importância do capital dos cafeicultores e o papel que seu principal responsável, Flávio Uchoa, desempenhou na sua realização, além dos possíveis motivos da falência precoce da Metalúrgica.

**PALAVRAS-CHAVE:** Café; Indústria Metalúrgica; Ribeirão Preto-SP.

**ABSTRACT:** The present article results of the works of research carried through by Paulo Lara, under the orientation of prof<sup>a</sup> Ms. Lílian Rosa for attainment of the permitted degree of in History. The text intends to approach the installation of Company Electro-Steel mill Brasileira S.A. between 1921 and 1931, in Ribeirão Preto city, evaluating the influence of a capital goods industry in a city whose predominant economic activity was the coffee culture. The objective is to understand the reasons of the brief existence of the Steel mill, being identified the capital of the coffee farms in this project and the paper that its main responsible one, Flávio Uchoa, it played in its accomplishment, beyond the possible reasons of the precocious bankruptcy of the Metallurgist.

**KEYWORDS:** Coffee, Electrometallurgical; Ribeirão Preto City.

\* Licenciada em História e Geografia pelo Centro Universitário Barão de Mauá (CEUBM). Mestre em História pela FHDSS/UNESP e doutoranda pela mesma instituição. Coordenadora e professora do núcleo de Geografia e História da CEUBM, Ribeirão Preto (SP).

\*\* Licenciado em História pelo Centro Universitário Barão de Mauá.

## **Apresentação**

Para analisar o contexto que envolveu o funcionamento, em Ribeirão Preto, dos fornos elétricos Electro-Metallúrgica Brasileira S.A., também conhecida como Siderúrgica Epitácio Pessoa, presidida por Flávio de Mendonça Uchoa, entre 1921 e 1929, foi preciso compreender o significado histórico da presença de uma indústria pesada numa cidade cuja base econômica era o café.

Partindo de um quadro teórico bem definido sobre o desenvolvimento do café e da indústria no Brasil, o presente trabalho utilizou fontes documentais primárias e secundárias, como os jornais “Diário da Manhã” e “A Cidade”, as escrituras da Metalúrgica, contidas nos documentos da empresa Força e Luz de Ribeirão Preto, parte integrante do acervo do Arquivo Público e Histórico e as Atas da Câmara Municipal. Todos os documentos serviram para reavaliar os dados apresentados pela historiografia tradicional sobre a industrialização brasileira com ênfase para o estudo de caso de Ribeirão Preto.

A partir da década de 30, ocorreram profundas transformações econômicas no Brasil, revelando a “transição da economia capitalista exportadora para a economia capitalista industrial” (SANTOS, 1997). Precocemente, elementos dessa transição foram detectados em Ribeirão Preto, já na década de 20, fato que pode ser explicitado pela implantação da primeira indústria a produzir aço em larga escala no Brasil à base de energia elétrica.

Analisando alguns dos principais trabalhos acadêmicos realizados sobre a economia ribeirãoprena no início do século XX, foi possível perceber uma transformação do processo de urbanização e de industrialização vivido pelo Estado de São Paulo, fomentado pela prosperidade oriunda do café. Desta forma, para analisar o caso da Cia. Metalúrgica foi prioritário estabelecer uma visão de conjunto do contexto econômico na região durante a década de 1920, levando em consideração os impactos e as transformações das atividades desenvolvidas no município, particularmente as relativas a economia cafeeira, que, com sua importância, motivou o desenvolvimento da cidade e do país.

Nesse período, mesmo que a industrialização se revelasse um processo embrionário

em Ribeirão Preto, o seu estudo tem um papel importante para entender a mobilidade do capital que circulava na região, e o poder político e econômico dos coronéis do café, no ápice da chamada “política café-com-leite”, quando a economia brasileira como dependente quase que exclusivamente das exportações de café, como discute Roberto Catelli (1992).

Além de Catelli, outros estudos revelam-se importantes para a compreensão do tema abordado no presente artigo, em particular para a discussão sobre a relação entre o café e a industrialização brasileira. É o caso de Wilson Suzigan (1986) em seu livro “Industrialização Brasileira: Origem e Desenvolvimento”, no qual discute o capital cafeeiro na origem da indústria, destacando quatro principais teorias relacionadas a esse assunto. A primeira delas refere-se a “teoria dos choques adversos”:

[...] A ocorrência de um choque adverso (crise no setor exportador, guerras, crises econômicas internacionais) afetando o setor externo da economia, aumenta os preços relativos das importações ou impõe dificuldades à importação. Em consequência, a procura interna, sustentada por políticas econômicas expansionistas, desloca-se para atividades internas substituidoras de importação. (SUZIGAN, 1986, p. 21)

A segunda teoria, “a ótica da industrialização liderada pela expansão das exportações”, apresenta uma interpretação diferenciada ao estabelecer:

[...] uma relação direta entre o desenvolvimento do setor exportador e o desenvolvimento industrial (significando que a indústria se desenvolveu durante períodos de bom desempenho das exportações de e se retardou durante períodos crise no setor exportador) e ao caracterizar esse desenvolvimento industrial como um processo abrangente de industrialização e não limitado à produção de bens de consumo como uma extensão do setor exportador. (SUZIGAN, 1986, p. 23)

Já a terceira teoria, “a ótica do capitalismo tardio” analisa

[...] a expansão da economia exportadora de café do Estado de São Paulo. Essa teoria é essencialmente uma revisão da doutrina Cepalina Tradicional, pois segundo ela existe a substituição da tradicional dicotomia de fatores externos versus internos como motores do crescimento, por uma interpretação que visualiza o crescimento industrial como primordialmente um resultado do processo de acumulação do capital no setor agrícola-exportador, o qual, por sua vez, depende da procura externa (SUZIGAN, 1986, p. 28)

A quarta e última das teorias, “a ótica da industrialização intencionalmente promovida por políticas do governo” é baseada:

[...] nas questões que envolvem proteção tarifária e da concessão de incentivos e subsídios. De fato, a intenção declarada desta escola de pensamento é de contestar a afirmação, usualmente encontrada na historiografia brasileira, de que o papel do Estado na promoção do desenvolvimento industrial no período anterior a 1930 foi mínimo ou não significativo. Argumenta-se que, ao contrário, o Estado desempenhou um papel positivo, primeiramente através de uma proteção alfandegária deliberada e, em segundo lugar, através da concessão de incentivos e subsídios a indústrias específicas. (SUZIGAN, 1986, p. 39)

Com base nesse autor, e compreendendo que não é possível determinar um fator único para o desenvolvimento industrial no Brasil, formulou-se, a partir do caso nacional, a hipótese do desenvolvimento industrial de Ribeirão Preto nas três primeiras décadas do século XX, como resultante do acúmulo do capital cafeeiro, associado ao incentivo do Estado e submetido às flutuações econômicas internacionais que influenciavam nas exportações de café. Todos esses elementos devem ser analisados a partir da existência de um excedente de energia elétrica na região, fato importante para a compreensão da influência do principal acionista da empresa de Força e Luz de Ribeirão Preto, Flávio de Mendonça Uchoa na instalação da Electro-Metallúgica.

A historiografia clássica aponta o papel do capital cafeeiro na indústria e da visão empreendedora das suas respectivas classes como fatores importantes para o desenvolvimento. No caso de Ribeirão Preto são perceptíveis esses dois elementos de análise, evidenciando a não existência de um conflito entre latifundiários e burgueses industriais, pelo contrário, o que teria ocorrido foi uma aproximação entre os interesses desses dois grupos na instalação da Metalúrgica e em outros empreendimentos.

Partindo da premissa que o processo de industrialização no Brasil passa pelo desenvolvimento da cultura do café, tanto do ponto de vista econômico como político, corrobora-se a hipótese que foi o capital acumulado na produção cafeeira e as legislações trabalhistas do campo, fundamentando as relações entre Estado e trabalho, na década de 1930 e em períodos anteriores, que fomentaram a industrialização nacional.(CASTELLI, 1992)

Na região de Ribeirão Preto, conhecida como “oeste novo”, o café, segundo Luciana Pinto (2.000), foi a primeira atividade agrícola de exploração intensiva da terra,

diferente de outras áreas como Campinas e Rio Claro que tiveram a cana-de-açúcar como fonte dos recursos destinados à cultura cafeeira.

No início da ocupação da região ribeirão-pretana, na primeira metade do século XIX, a mão-de-obra utilizada foi a escrava, numa economia baseada na “cultura de subsistência” e na criação de gado que permitiu a abertura das matas e as primeiras ocupações efetivas da terra. (PINTO, 2000)

A partir de 1850, com a Lei de Terras, as questões que envolviam as disputas de terras foram sendo resolvidas, acontecendo a legalização das posses.<sup>1</sup> Por volta de 1871, a terra passou a ser ocupada com o café para exportação, resultando na intensificação do deslocamento de fazendeiros do Vale do Paraíba para Ribeirão Preto, é o caso, dos irmãos do Val, em 1877, e de Martinho Prado Júnior, em 1885, que adquiriram fazendas e contribuíram, juntamente com outros fazendeiros, para que a região atingisse a prosperidade como novo centro cafeeiro.

Outro bom exemplo é o de Luís Pereira Barreto, que introduziu a variedade do café Bourbon na região, tendo um resultado satisfatório de produtividade, colaborando ainda mais para a divulgação das terras de Ribeirão, cujos resultados das análises foram descritos no "Jornal Província de São Paulo".

A partir desta fase, o aumento da produção de café foi crescente, tomando como ilustração o caso do coronel Francisco Schimdt que, em 1906, obteve uma produção de 300 mil sacas de café, em 1912, chegou a possuir o maior cafeeiro do Brasil com 7.885.154 pés, contando com quase sete mil trabalhadores dentro das suas dezenas de fazendas, administradas a partir da sede da Monte Alegre, hoje Museu Histórico e de Ordem Geral “Plínio Travassos dos Santos”. Com esses números de um único grande fazendeiro, percebe-se como a região consolidou a cultura cafeeira.

Um fator que ajuda a explicar o desenvolvimento dessa cultura, é a chegada da estrada de ferro Mogiana, em 1886, que intensificou e facilitou o transporte do café produzido na região para o porto de Santos, de onde era exportado para a Europa e para os Estados Unidos.

A riqueza do café associou-se ao poder político. A Ribeirão Preto da primeira

<sup>1</sup> Um dos mais conhecidos episódios é a disputa entre as famílias tradicionais (Reis de Araújo e Dias Campos), que foram os pioneiros na região.

república foi marcada pela “política do café-com-leite”, num típico caso do coronelismo, do qual a cidade foi um exemplo clássico, quando se destacavam alguns homens que usavam o poder político local como meio de defender sua base econômica da cidade, o café. (WALKER, 2000)

Nessa política os interesses privados dos fazendeiros se confundiam, ou se sobrepunham aos interesses públicos. O poder alternava-se entre os coronéis Francisco Schmidt e Quinzinho da Cunha, chefes políticos do PRP local e donos de fortunas advindas das plantações de café.

A renda gerada pelo café transformou Ribeirão na “*lá Petite Paris*”, com suas construções influenciadas pelos padrões europeus, principalmente, francês e italiano, como estudou Valéria Valadão (1996) em sua pesquisa sobre a evolução arquitetônica da cidade.

Os fazendeiros enriquecidos com o café construíram imponentes palacetes na região central, alguns dos quais perduram até os dias atuais, como o casarão da família Junqueira, que hoje abriga a biblioteca Altino Arantes. (VALADÃO, 1996)

Preocupados com a infra-estrutura necessária ao desenvolvimento econômico, os cafeicultores influenciavam em serviços públicos como saneamento básico, limpeza pública, água e esgoto, implantada por Flávio de Mendonça Uchoa, construção de ruas, dentre outros. Esses serviços melhoraram a qualidade de vida do ribeirãopretano e transformaram a face da cidade nas primeiras décadas do século XX, gerando uma estrutura que foi fruto direto ou indireto da riqueza do café.

Neste período, a cidade vivia uma fase de prosperidade e atingia um alto nível de desenvolvimento econômico, que lhe conferiu o epíteto de “capital do café”. Parte do capital excedente desta produção era destinada a outros setores, em particular o comércio e serviços. Todo esse contexto econômico favorável permitia o investimento por parte dos fazendeiros de café, em algumas indústrias de pequeno porte e até mesmo de grande porte, como a Electro-Metallúrgica Brasileira.

Ribeirão Preto desenvolveu uma significativa diversificação no seu quadro econômico, caracterizada pela proliferação de estabelecimentos comerciais e industriais, como a Cervejaria Antártica Paulista, inaugurada em 1911. Dentro deste contexto de crescimento é importante frisar o papel dos imigrantes que, desde sua chegada, alteraram profundamente todas as relações de trabalho e acabaram por consolidar a fama de centro regional de comércio do município.

Apesar de num primeiro momento servirem de mão de obra nas lavouras de café, logo ocuparam espaços nos diferentes setores da economia local, fato justificado por possuírem experiência em algumas profissões urbanas nos países de origem, gerando mão-de-obra capacitada para o trabalho em empresas de grande porte como é o caso da Cia. Metalúrgica. (LAGES, 2004)

No gráfico abaixo se tem uma melhor percepção do processo de desenvolvimento da atividade industrial em Ribeirão Preto, entre 1890-1924, observe o gráfico abaixo (PINTO, 2000):

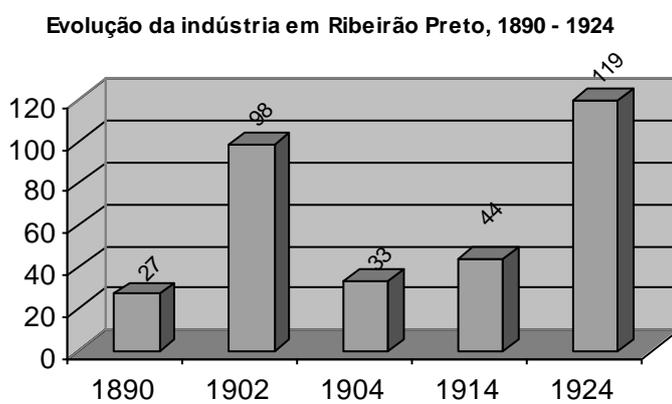


Gráfico 1 PINTO (2.000)

É possível perceber o aumento do número de indústrias no início do século XX, sobretudo nos anos 20, quando a Cia. Metalúrgica foi inaugurada. Em 1914, é possível observar um ligeiro aumento das fábricas, que passam de 33 para 44. Contudo, ao estabelecer comparações com os anos de 1902, o número de fábricas de 1914 é 44,89% menor. Diversas fábricas de 1902 faliram e reapareceram posteriormente, como é o caso das indústrias do ramo de calçados que, em 1902, eram 25, passaram a não existir em 1904, para reaparecerem em 1914, o mesmo ocorrendo com as fábricas de cervejas.

Em 1924, ocorreu um grande aumento no número de estabelecimentos industriais, quase 280%, passando de 44 para 119. É perceptível o avanço da diversificação no quadro de empreendimentos, existindo novos ramos, como a indústria farmacêutica, que não existia anteriormente, dentre outras.

Mesmo sendo a siderurgia um ramo secundário e de pouca expressão em Ribeirão Preto, por não conseguir espaço, ter dificuldades de competir com outras atividades econômicas e por caracterizar-se por um investimento alto e de retorno a longo prazo,

existiu uma tentativa ousada de implantação na cidade de indústria pesada.

O idealizador da Metallúrgica foi Flávio Uchoa, bem como de uma Usina Hidrelétrica, da Empresa Força e Luz e Água e Esgoto, todas instituições fundamentais para o crescimento de Ribeirão Preto, oferecendo infra-estrutura básica para o desenvolvimento de indústrias de bens de consumo.

Após construir a Usina Hidrelétrica, em 1919, Flávio Uchoa iniciou a arrojada iniciativa da construção da metalúrgica, pois entendia que Ribeirão Preto, com sua situação geográfica privilegiada como ponto intermediário entre o litoral e o interior, não deveria ficar apenas atada à produção cafeeira.

Para esta empreitada, contou com apoio da influente família Prado e, sobretudo, com o capital dos grandes cafeicultores, que representavam 1/3 dos acionistas da Usina. Totalizando 91 acionistas, além dos lavradores, estavam entre os eles advogados, proprietários, “capitalistas”, comerciantes, banqueiros, médicos e 07 empresas, entre elas a Cia Paulista, a Empresa Força e Luz e o Banco de Comércio e Indústria, entre outras.

#### **Lista de ações e acionistas da Cia. Eletro-Metalúrgica Brasileira S/A.**

<b>Nomes</b>	<b>Número de ações divididas em 200\$000 Réis cada</b>
Empresa Força e Luz de Ribeirão Preto	12.500
Cia. Intermediária Paulista	1.000
Flávio de Mendonça Uchoa	905
Osório da Cunha Junqueira	750
Sylvio Alvares Penteadó	500
Caio da Silva Prado	500
Martinho da Silva Prado	500
Manoel Maximiano Junqueira	500
Joaquim da Cunha Diniz Junqueira	500
Theodomiro De Mendonça Uchoa	500
Francisca Silveira do Val	500
Cinco outros fazendeiros	500

Total de Capital	6mil contos de Réis
Total de acionistas	91

Tabela 1: acionistas por número de ações

Dentre os apontados no gráfico 2 como lavradores, estavam alguns dos nomes mais influentes da política e da economia local como o Coronel Quinzinho da Cunha, Francisca Do Val, uma das seis mulheres acionistas da Usina, e outros. Uchoa aparece com uma participação efetiva não só advinda de suas ações, como de outra empresa de sua propriedade, a Empresa Força e Luz de Ribeirão Preto.

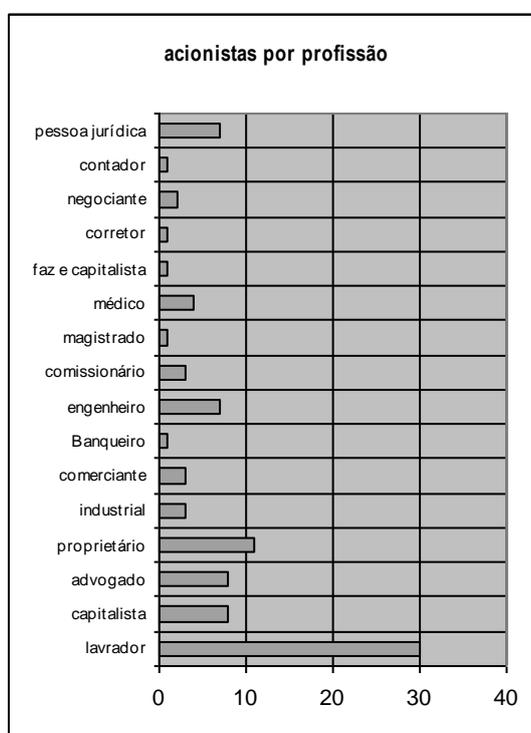
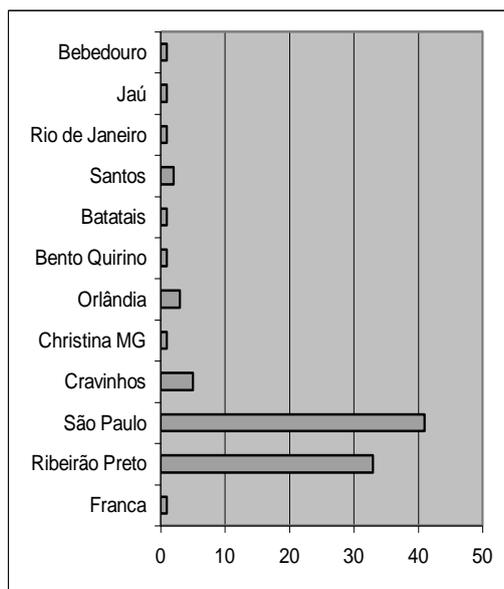


Gráfico 2: acionistas da Electro-Metallúrgica S.A. em 1921.

Santos (1997) discute a transferência de capital do setor agro-exportador para outros setores, como o da indústria. Este autor afirma que, neste período, os cafeicultores também atuavam como agiotas e em outras atividades, como investimentos em ações, imóveis, bancos, etc. Esta hipótese pode ser confirmada pelos dados apresentados pelo gráfico na localidade de Ribeirão, no qual um fazendeiro também se apresenta como “capitalista”, ou agiota, e onde podemos encontrar 30 lavradores investindo alto num empreendimento consideravelmente arriscado para a época.

No gráfico 3, é possível observar a origem desse capital investido na Metallúrgica, caracterizado como 100% nacional, concentrando-se em investidores de Ribeirão Preto, com 33 acionistas e São Paulo capital, com 41 acionistas. Os demais investidores originavam-se de outras localidades.



**Gráfico 3:** acionistas por origem

Além do capital advindo do café, a instalação da Cia Metallúrgica foi possível, também pela disponibilidade de energia elétrica, sendo a primeira da América Latina a usar essa fonte de energia para produzir aço. Outro fator relevante foi a visão de negociante de Flávio Uchoa, que percebia o crescimento do Estado de São Paulo e contava com alto excedente de energia elétrica da Empresa Força e Luz, que produzia energia a baixo custo e aumentava seus lucros ano a ano. Além disso, existiam jazidas do minério de ferro a 137 km, próximo ao município de São Sebastião do Paraíso, no Morro do Ferro em Jacuhy. Todos esses fatores engendraram, em 1921, a existência de uma breve, mas significativa indústria de base na cidade.

A Electro-Metallúrgica Brasileira S.A. contou em sua instalação com a adesão do Dr. João Alves Meira Júnior, sendo ele o primeiro presidente desta companhia, construída numa área de 600.000 m<sup>2</sup> no bairro Tanquinho pela então companhia norte americana, *The Corning Incorporated Company Lmid New York*. (GUIÃO, 1922)

A construção apresentava escritórios, corpo central e almoxarifado, e o que mais chamava atenção eram os dois fornos elétricos de material importado da Suécia com tijolos refratários, laminadores e resfriadores, cujo objetivo era transformar guiza em aço, para diferentes fins.

Os profissionais envolvidos eram engenheiros e especialistas que vieram da Suécia e trabalharam junto aos jovens engenheiros brasileiros, Joaquim Desidério de Matos, Almiro Pedreira, Leandro Dupre, José Pontual e seu filho recém-formado, Martinho Prado Uchoa e ainda os experientes Azevedo Queriga e J.L. Hodge da Empresa Força e Luz.

A empresa obteve isenção de direitos aduaneiros sobre máquinas, matéria-prima, equipamentos, etc., para a construção e operação da aciaria e exploração das suas minas. Além desses incentivos, o Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, foi autorizados a emprestar 5.000 contos à Metalúrgica. (SUZIGAN, 1986)

Tendo a escritura assinada em 09 de abril de 1920, a sua inauguração oficial aconteceu em outubro de 1921, com a presença de autoridades como o Presidente da República Dr. Epitácio Pessoa; o Ministro da Indústria e Comércio, Pires do Rio; o Presidente do Estado de São Paulo, Washington Luiz; o Prefeito João Rodrigues Guião e personalidades de São Paulo e região como o Dr. Veiga Miranda, ministro da Marinha e ex-prefeito de Ribeirão Preto. (CIONE, 1993)

Na primeira metade de 1923, a Cia Metalúrgica contabilizou uma produção de 6.000 toneladas de barras e vergalhões de aço, mostrando, naquele momento, que poderia ter um futuro promissor. Mesmo não atingindo a produção projetada a indústria conseguiu fazer jus a um prêmio concedido pelo governo federal para a usina que atingisse uma produção de 5.000 toneladas de aço em um ano. Esse episódio corrobora o apoio e o interesse do Estado no desenvolvimento da indústria de aço neste momento.

Outro fato que merece ser analisado e que também revela a importância da Metalúrgica, foi o fornecimento de toda ferragem para a construção do maior edifício da América do Sul, em 1924, o Edifício Martinelli em São Paulo, composta de aço classificado como de ótima qualidade, e até mesmo fomentando novas indústrias conexas que ali tinham a sua fornecedora. (SUZIGAN, 1986)

Apesar dos elementos já apresentados revelarem a importância da metalúrgica, esta não conseguiu uma consolidação suficientemente concreta para permitir um prolongamento das suas atividades. O curto período de existência, entre 1921 e 1931, não

se caracteriza como uma exceção. De acordo com o estudo de Suzigan, das sete indústrias ligadas ao ramo de metalurgia que receberam concessões do governo federal, de 1921 em diante, duas nunca executaram seus planos, tendo seus contratos cancelados, são os casos de *Anglo-Brazilian Iron and Steel Syndicate* e um projeto de Fortunato Bulcão. Duas outras, uma delas a própria Eletro-Metalúrgica Brasileira S.A., junto a Companhia Eletro-Siderúrgica Brasileira construíram suas usinas, porém faliram em pouco tempo e, finalmente, três outras tiveram sucesso e vieram a se tornar as maiores fabricantes de ferro e aço do país na década de 1930: a Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira, a Usina Queiroz Júnior e a Companhia Brasileira de Usinas Metalúrgicas. Por que a Companhia Eletro-Metalúrgica Brasileira S/A não vingou?

Existem hipóteses que tentam explicar os possíveis motivos da falência precoce da Metalúrgica, uma delas refere-se a uma seca que teria atingido o Estado de São Paulo, em 1925, e teria provocado uma escassez de energia elétrica, fazendo a Metalúrgica interromper seu funcionamento. Outros motivos se relacionariam aos problemas de transporte do minério de ferro das suas minas, em Minas Gerais, para Ribeirão Preto, problemas esses que teriam sido agravados pela valorização na taxa de câmbio, entre 1924 e 1926, e pela falta de proteção alfandegária.

Tentando resolver seus problemas com o transporte de ferro, a Cia Metalúrgica comprou, em 1922, por 100 mil libras esterlinas, a estrada de ferro São Paulo e Minas, que ligava suas jazidas no município de Jacuhy até Bento Quirino. Mas essa ação não foi suficiente para resolver os problemas da indústria que, em 1926, contraiu empréstimos junto ao governo do Estado, quando, concomitantemente, o seu principal acionista, Flávio Uchoa2 vendeu a Empresa Força e Luz para um grupo canadense-americano, a *Electric Bond Share*, com a subsidiária Companhia Paulista Força e Luz, por \$9.000.000 de dólares. (CIONE, 1993)

Esse dinheiro foi empregado em diversos melhoramentos nos empreendimentos, dentre os quais, a construção de um ramal Serrinha -Ribeirão para encurtar a distância da matéria-prima aos altos fornos. Todavia, vencido o prazo de pagamento da dívida, aumentada com o acréscimo de juros, agravou-se o quadro de crise da Metalúrgica, que somado a todos aos fatores já discutidos, tentou salvar-se da situação procurando entregar a estrada de ferro ao governo para que este a administrasse no período de crise,

<sup>2</sup> Flávio Uchoa tinha o controle da Empresa Força e Luz, maior acionista da metalurgia além de, como pessoa física,

estabelecendo um contrato de consignação de rendimento.

O Estado, entretanto, recusou a solução proposta deixando a Usina numa situação economicamente delicada, ficando a estrada de ferro, a partir de três de setembro de 1930, sob ordem judicial para sofrer a intervenção do Estado. Sobre a falência, que se concretizaria em fins de 1931, memorialistas locais como Cione, especulam a possibilidade da quantidade de ferro não ser a esperada e da empresa não ter conseguido saldar suas dívidas no final da década de 30. O mesmo autor cita três outros autores que discutem questões relativas à falência, o primeiro José Benedito dos Santos Camargo que relaciona a falência a crise política do período:

Entretanto, brigas políticas à parte, ninguém soube ao certo porque a Metalúrgica não continuou. Além das contentas entre os Partidos Republicano Paulista PRP e o Partido Democrata Popular PDP outras razões foram alegadas, defendidas e combatidas, ficando a pergunta; por que o governo, carente de siderúrgicas não saiu em amparo a um empreendimento pioneiro. (CIONE, 1993)

Osório Diniz da Rocha mostra outras possíveis razões em seu livro "O Brasil em Face dos Imperialismos Modernos" aponta a falta de energia como a causa principal do insucesso da Usina, enquanto o terceiro autor citado por Cione, Luiz Augusto Michelazzo afirma que a venda da Força e Luz, principal acionista da Metallúrgica e a entrada de capital estrangeiro na Usina representaram fortes motivos para acreditar que se estava vendendo "a pátria ao alienígena, bem como os autênticos tartufos do Brasil" [...] (CIONE, 1993)

Reunindo uma série de fatores complicadores: a crise de 1929, a queda nas vendas no início dos anos 30, entre outros, a Metallúrgica encerrou definitivamente sua produção em 1931, quando encerrou as atividades e teve início um lento processo no qual seus maquinários ficaram inativos e, com a tramitação judicial morosa da falência, os bens foram arrematados, dilapidados e vendidos para fundições e outras siderúrgicas, até que, em 1935, o Moinho Santista, de propriedade do engenheiro Eugenio Belloti, adquiriu, por 150.000 contos de réis, todo o acervo do que sobrara, passando para nova finalidade. Mais tarde, a área foi adquirida pela Samba, para fabricação de algodão e, posteriormente, pela

deter o 3.º maior número de ações.

Indústria Penha, de máquinas agrícolas.

### **Considerações finais.**

O município de Ribeirão Preto, na década de 20, tinha a agricultura como sua maior fonte econômica, influenciando o comércio, alterando a vida de seus habitantes que foram gradualmente deslocando-se do campo para cidade.

Essa mesma agricultura, em particular o café, também forneceu bases para uma industrialização que, mesmo não tendo vingado, como no caso da Metallúrgica, deixou profundas marcas na história da região e exemplificando claramente como os investimentos de excedentes do setor agrícola, em particular o café, na indústria fomentaram o desenvolvimento econômico do Brasil na primeira metade do século XX.

Atualmente, o prédio remanescente da antiga Metalúrgica, passa por uma revalorização do seu significado histórico. Após estudos que revelavam características arquitetônicas exemplares para o período, como as tesouras de madeira que sustentam o telhado, estabeleceu-se o pedido de tombamento desta área pelos moradores do Jardim Aeroporto. Tendo o CONPPAC – Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural de Ribeirão Preto - acatado o pedido, foi decretado o tombamento provisório do bem, justificado não só pela sua importância arquitetônica como também pelo valor histórico deste patrimônio edificado representativo da primeira fase do desenvolvimento industrial de Ribeirão Preto.

Com a intenção de lançar algumas luzes sobre a história da indústria na cidade, o presente artigo objetiva despertar o interesse pelo referido tema, contribuindo para a difusão da informação sobre a história da metalurgia e permitindo que este conhecimento ofereça subsídios para a valorização do patrimônio cultural, fomentando a preservação da memória da Indústria no município.

### **Referências bibliográficas:**

AGUIAR, Flávio (org) Et.Al. *Cadernos de debates 1: História do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1976.

CATELLI Jr., Roberto. *Brasil: Do Café a Indústria Transição para o Trabalho Livre*. São

Paulo Brasiliense, 1992.

CIONE, Rubem. *História de Ribeirão Preto*. Vol. II 2 ed. Ribeirão Preto; Suma Legis, 1993.

GUIÃO, João Rodrigues. *O Município e a cidade de Ribeirão Preto na comemoração do 1º centenário da independência nacional 1822-1922*. (Publicação autorizada pela Câmara Municipal lei nº 270 de 1922)

LAGES, José Antônio. *Ribeirão Preto: da Figueira à Barra do Retiro – o povoamento da região pelos entrantes mineiros na primeira metade do século XIX*. Ribeirão Preto: VGA editora e gráfica, 1996.

\_\_\_\_\_. *Ribeirão Preto: Das origens à Atualidades*. CD-ROM. Ribeirão Preto: Heluany Dias, 2004

PINTO, Luciana Suares Galvão. *Ribeirão Preto: A Dinâmica da Economia Cafeeira de 1870 a 1930*. Araraquara; Unesp, 2000.

SANTOS, Jonas Rafael dos. *As transformações da riqueza dos cafeicultores em Ribeirão Preto entre 1920 e 1951*. Dissertação de mestrado UNESP/ FRANCA, 1997 .

STANLEY J. Stein. *Grandeza e Decadência do Café no Vale do Paraíba*. São Paulo: Brasiliense, 1961.

SUZIGAN, Wilson. *Indústria Brasileira; Origem e Desenvolvimento*. São Paulo: Brasiliense, 1961.

VALADÃO, Valéria. *Memória Arquitetônica de Ribeirão Preto*. Tese de Mestrado, UNESP, Franca, 1996. São Paulo; Brasiliense, 1996.

WALKAR, Thomas. *Do coronelismo a metrópole*. São Paulo, Ribeirão Preto: Palavra Mágica, 2.000.

## **FONTES**

### **Acervo do Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto**

Jornal Diário da Manhã

Jornal A Cidade

Processos Administrativos

Escritura da Companhia Electro Metallurgica Brasileira In **Empresa Força e Luz de Ribeirão Preto**. São Paulo: Casa Gráfica: 1921.

## Atas da Câmara Municipal de Ribeirão Preto